

REGIMES ALIMENTARES, IMPÉRIOS ALIMENTARES, SOBERANIAS ALIMENTARES E MOVIMENTOS ALIMENTARES

Food regimes, food empires, food sovereignty and food movements

Bernardo Mançano Fernandes

Universidade Estadual Paulista, UNESP, Brasil
bernardo@ippri.unesp.br

Resumo

Este artigo analisa a relação entre os regimes alimentares, os impérios alimentares e os movimentos alimentares, propondo uma nova leitura da questão agrária e do desenvolvimento territorial. O campesinato sempre atuou na produção de alimentos como condição de manutenção de sua existência. Ameaçados constantemente pelos grandes proprietários, governos, corporações nacionais e multinacionais, os camponeses organizam-se em movimentos ou outras instituições para resistir aos processos de expropriação. Os movimentos camponeses da América Latina estão entre os mais ativos do mundo. Uma das razões de seu alto nível de organização é sua história. Formados em territórios dominados por colonizadores, escravizados, subordinados, lutaram pela independência e pela liberdade. Apesar disso, nas últimas décadas, o agronegócio tenta se territorializar sobre as ruínas das comunidades camponesas, a perseverança do campesinato promove a persistente resistência na contínua luta pela terra e pela reforma agrária.

Conhecer as realidades dos movimentos camponeses na América Latina permite compreender a razão da sua existência, não pelo desenvolvimento da agricultura capitalista, mas pelo processo contínuo de formação da agricultura familiar que se distingue cada vez mais da agricultura convencional. Desde a década de 1970, o campesinato tem construído uma via agroecológica contra o agronegócio que desenvolve, cada vez mais, a produção de commodities com agrotóxico para a produção de alimentos ultraprocessados. Essas realidades estão permanentemente nos nossos cotidianos, basta prestar atenção nos tipos de alimentos que estão nas nossas mesas no café da manhã, almoço e jantar. Poucas pessoas compreendem a importância do campesinato no nosso cotidiano. Eles são tão importantes como os médicos, porque também cuidam



de nossa saúde, e porque produzem a maior parte dos alimentos que comemos.

Palavras - chave: Movimentos camponeses; América Latina; Luta pela terra; Reforma Agrária; Agronegócio; Questão agrária; Agroecologia; Soberania Alimentar; Políticas Públicas; Desenvolvimento territorial

Abstract

This article analyzes the relationship between food regimes, food empires and food movements, proposing a new reading of the agrarian question and territorial development. The peasantry has always acted in the production of food as a condition of maintaining its existence. Constantly threatened by large landowners, governments, national and multinational corporations, peasants organize themselves in movements or other institutions to resist the expropriation processes. The peasant movements of Latin America are the most active in the world. One of the reasons for its high level of organization is its history. Formed in territories dominated by settlers, enslaved, subordinates, they fought for independence and freedom. Although in the last decades, agribusiness has become territorial over the ruins of peasant communities, the perseverance of the peasantry promotes persistent resistance in the continuous struggle for land and agrarian reform.

Knowing the realities of the peasant movements in Latin America makes it possible to understand the reason for their existence, not for the development of capitalist agriculture, but by the continuous process the formation of family agriculture that distinguishes more and more conventional agriculture. Since the 1970s, the peasantry has built an agroecological path against agribusiness that increasingly develops commodities with pesticides to produce ultra-processed foods. These realities are permanently in our daily lives, just pay attention to the types of food that are on our tables for breakfast, lunch and dinner. Few people understand the importance of the peasantry in our daily lives. They are just as important as doctors because they also take care of our health, and because they produce most of the food we eat.

Key words: Peasant movements, Latin America, Land - fight, Agrarian reform, Agribusiness, Agrarian question, Agroecology, Food sovereignty, Public policies, Territorial development.

FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS CAMPONESES NA AMÉRICA LATINA.

Os movimentos camponeses mudaram muito desde es estudos clássicos de Wolf, 1955, Hobsbawm 1959 e Shanin, 1966. Estas mudanças estão relacionadas a persistente resistência do campesinato na luta contra o capitalismo, a emancipação dos movimentos, a hegemonia do agronegócio e o processo de globalização da economia. As recentes formas de organização camponesa mantêm algumas das particularidades do passado, atualizaram seus repertórios políticos e criaram novas perspectivas. Mudanças, permanências e perseverança estão entre as principais características da formação continuada dos movimentos camponeses.

O campesinato é uma classe social que se organiza em movimentos para produzir e defender suas condições de existência. A estrutura organizativa camponesa tem como base a terra, família, trabalho, comunidade, produção e qualidade de alimentos, conhecimentos diversos sobre modos de cultivo, reprodução de sementes e mercados que definem seus modos de vida, suas culturas e suas paisagens. É impossível compreender o campesinato separado da terra e é por essa razão que os movimentos camponeses são socioterritoriais, eles têm o território como condição de existência. O território não é só o espaço geográfico de um país, mas é também as frações desse país, e uma dessas unidades é a terra onde os camponeses produzem seus espaços de vida. O sentido desta compreensão do território em múltiplas escalas está no fato de que uma política agrícola que atinge o país também atinge o agricultor e vice-versa. Na América Latina, como em outras regiões do mundo, os movimentos camponeses tornaram-se a forma política de defesa de uma agricultura sustentável para garantir suas condições de existência. A luta pela terra e, portanto, pelo território, está presente em toda a história do campesinato. Esta é uma de suas principais lutas e está associada a luta contra o trabalho assalariado, porque o campesinato só pode existir pelo trabalho familiar e ou comunitário, associativo, cooperativo na produção de alimentos, no beneficiamento e na industrialização etc.

Um movimento começa quando um grupo de pessoas se reúne para reivindicar uma causa e ou se defender de uma ameaça. A organização permanente é um modo de sobrevivência, porque o campesinato vive constantemente ameaçado por relações sociais que o subordina e ou expropria. Lutas contra sua destruição e por condições dignas de existência tem sido a pauta política dos movimentos camponeses.

As colonizações espanhola e portuguesa dominaram grande parte da América desde o século XVI até o século XVIII no que foi denominado de pré-história dos regimes alimentares (McMichael, 2016). A exploração dos recursos naturais foi a política econômica utilizada e começou com o trabalho escravo das populações nativas, que foram denominados genericamente de índios pelos colonizadores. A extração de minérios, árvores e a produção agrícola e pecuária foram as primeiras atividades praticadas por diferentes categorias de relações de trabalho: escravo, servo e assalariado. Os povos indígenas resistiram à escravidão e os colonizadores portugueses trouxeram escravos da África para trabalharem no monocultivo de açúcar, denominadas de plantations. Os colonizadores espanhóis adotaram em menor proporção o trabalho escravo africano, principalmente no Peru, Colômbia e Venezuela, associado a servidão e o trabalho livre nas grandes propriedades, onde os indígenas eram obrigados a morar. No interior das plantations de açúcar no Brasil predominava o trabalho dos escravos africanos que viviam nas senzalas, e havia o trabalho livre, em menor proporção, que utilizava uma pequena porção de terra para plantarem troca dos cuidados da manutenção da infraestrutura do latifúndio (Chonchol, 1994; Fernandes, 2000).

Confinados em grandes propriedades (latifúndios, haciendas) indígenas, escravos africanos, trabalhadores livres resistiam a exploração dos colonizadores. Eram constantes as fugas de escravos, servos e trabalhadores livres que criavam comunidades nas regiões ainda não controladas pelos exploradores. As fugas e as buscas por terras livres, como por exemplo as insurgências no México, Peru e Paraguai, as terras sem mal dos povos guarani (Clastes, 1975), os quilombos dos escravos africanos e as posses de camponeses foram os primeiros movimentos de resistência (Fernandes, 2000). Essas lutas são referências para compreender a origem dos movimentos camponeses, porque foi a relação e a miscigenação do indígena americano, do escravo africano, do colonizador europeu que formaram os camponeses da América Latina.

No século XIX, as colônias espanholas e portuguesas tornaram-se independentes e este processo de emancipação também resultou na libertação dos escravos. A expansão do capitalismo na América Latina desde meados do século XIX se apropriou da estrutura fundiária concentrada em grandes propriedades para manter as plantations com a produção de monocultivos em grande escala para exportação. O controle territorial é um dos componentes do primeiro regime alimentar controlado pelo império britânico (McMichael, 2016). Com este modelo, a América Latina “libertada” continuou a ser uma

região de extrativismo mineral e agrícola, que persiste até o século XXI, subordinada ao regime alimentar britânico. É neste contexto que surgiram movimentos camponeses para reivindicar terra de trabalho e políticas de reforma agrária, que levaram às primeiras guerras camponesas, como por exemplo a guerra de Canudos, em 1896 no Brasil (Fernandes, 2000), e a revolução mexicana, em 1910 (Wolf, 1969).

Do final do século XIX e durante o século XX, grandes corporações dos Estados Unidos e da Europa implantaram imensas áreas de plantation na América Latina, e passaram a criar as “repúblicas de commodities” que começou com a produção de bananas para exportação e continuou com a laranja, cana-de-açúcar e soja. Em meados do século XX, durante o segundo regime alimentar, a “revolução verde” determinou a estrutura do modelo capitalista de desenvolvimento da agricultura com o uso intensivo de agrotóxicos e da mecanização. Este modelo teve grande impacto nas comunidades camponesas, provocando a desapropriação e a migração para as cidades.

Por causa da grande utilização de pesticidas, o campo deixou de ser um lugar para morar, obrigando a população rural a migrar. A “revolução verde” desconectou o campo da cidade e a comida da natureza. O campesinato assistia a ruína de seus territórios. A produção de alimentos dependia cada vez menos dos agricultores e passou a ser controlada cada vez mais pelas grandes corporações. Isso significou o aumento da concentração da propriedade da terra. Evidente que essas mudanças não aconteceram sem resistência.

Os movimentos camponeses iniciaram lutas por reforma agrária em diversos países: México, El Salvador, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Chile, Peru, Nicarágua e Brasil. Movimentos camponeses locais, regionais e nacionais lutaram pela terra e pelo desenvolvimento da agricultura familiar. Começaram a disputar o território de seus países com as corporações multinacionais, lutando por um pedaço de terra para trabalhar e produzir alimentos. O poder extrativista havia capturado as jovens repúblicas latino-americanas, transformando o extrativismo colonial em extrativismo neocolonial (Burbach&Flynn, 1980). A longa trajetória dos movimentos camponeses que lutaram contra os colonizadores continuou na luta contra as corporações que controlam a maior parte dos territórios dos países latino-americanos.

As ditaduras militares implantadas nas décadas de 1960 e 1970 reprimiram duramente os movimentos camponeses na maior parte do continente. Perseguidos pelos governos totalitários, os movimentos continuaram a lutar

pela reforma agrária com o apoio dos partidos comunistas e diversas igrejas cristãs. Depois de quase cinco séculos de luta e resistência, populações indígenas e camponesas ainda não têm seus territórios regularizados pelos governos nacionais. Continuam subordinados ao modelo capitalista de desenvolvimento da agricultura e dependentes dos mercados controlados por grandes corporações.

MOVIMENTOS CAMPONESES E QUESTÃO AGRÁRIA

A crescente subordinação e expropriação do campesinato pelo capitalismo produz um problema estrutural denominado de questão agrária. A essência da questão agrária é a renda capitalizada da terra, que acontece através do controle dos preços agrícolas pelas corporações, que se apropriam da maior parte da renda fundiária, expressa no valor da produção agropecuária camponesa. Este problema cria comunidades de baixa renda com o empobrecimento contínuo das famílias camponesas que são obrigadas a vender suas terras. Mas, também gera resistência das famílias que ocupam terras, reivindicam a reforma agrária e procuram se desvincular das corporações, criando mercados populares em escala local, para venderem seus produtos diretamente aos consumidores.

Em meados do século XX, o capitalismo integrou diversos sistemas produtivos e criou o agronegócio, fortalecendo os impérios alimentares e determinando-se como modelo hegemônico de desenvolvimento iniciando o terceiro regime alimentar (Davis & Goldberg, 1957; McMichael, 2016; Ploeg, 2008). Controlando os sistemas agrícola, pecuário, industrial, comercial, financeiro e tecnológico, o agronegócio é um complexo de sistemas organizado em rede que envolve empresas de todos os setores da economia, partidos políticos e governos. Com essa estrutura as corporações capitalistas passaram a controlar as sementes e as tecnologias, além da terra, do trabalho e da produção. Desse modo, a participação do campesinato no modelo de desenvolvimento do agronegócio é sempre marginal e subordinada aos interesses das corporações. O uso do trabalho assalariado é predominante, embora esteja diminuindo por causa da intensificação da mecanização e da robotização.

Não basta ao capitalismo controlar o complexo de sistemas se não tiver fácil acesso à terra. E de fato este não é um problema para as corporações, porque a herança colonial deixou uma estrutura fundiária altamente concentrada em poder de famílias tradicionais que controlam grandes propriedades de terra,

conhecidos como latifundiários (Chonchol, 1994) e vivem de alugar as terras para as corporações. Embora os grandes proprietários e as corporações tenham o controle sobre a terra, os camponeses também têm defendido, mantido suas propriedades e realizado novas ocupações de terras. Os camponeses colombiano, equatoriano, peruano, boliviano, chileno, brasileiro, argentino e mexicano são exemplos dos que possuem maior participação relativa no controle das terras agriculturáveis (Fernandes, 2014). As terras dos camponeses e dos grandes proprietários são permanentemente disputadas pelas corporações nacionais e multinacionais para a expansão da produção de commodities para exportação.

Para os grandes proprietários que não são agricultores é um bom negócio arrendar suas terras para o agronegócio. Os grandes agricultores produzem commodities, como soja, cana-de-açúcar, milho etc., de acordo com os pacotes tecnológicos das corporações e são conhecidos como fornecedores. É importante lembrar que esses agricultores são parte do sistema agrícola do agronegócio. Também fazem parte desse sistema, alguns agricultores familiares ou camponeses, que participam da produção de algumas commodities como banana, laranja, tomate, batata, cebola, alface, pepino, pimentão etc. Todavia, em desvantagem porque além de não dominarem os conhecimentos dos pacotes tecnológicos, não podem competir com os grandes produtores por causa da escala de produção.

A modernização da agricultura no capitalismo é paradoxal porque utiliza antigas relações sociais que já foram banidas da história. Por exemplo, no Brasil, a modernização não evitou que grandes proprietários e corporações utilizem trabalho forçado (Théry, E. Mello, N. A. Hato, J. & Girardi, E. P. 2012). Muitos trabalhadores são regimentados por empresas e grandes proprietários para trabalho em fazendas distantes dos locais onde vivem. O custo do deslocamento produz uma dívida impagável e os trabalhadores são proibidos de saírem das propriedades e dormem em lugares insalubres, caracterizando o que ficou conhecido como “trabalho escravo moderno”.

No início do século XXI, o avanço do neoliberalismo criou novos elementos na questão agrária. A financeirização da agricultura promoveu uma nova onda de compra de terras, conhecida como estrangeirização da terra. Estes investimentos visavam a mudança gradual da matriz energética, dos combustíveis fósseis para a biomassa que provocou uma grande crise alimentar no ano de 2008. Este é um processo recente de concentração fundiária com a

compra ou aluguel de grandes extensões de terras em países de baixa renda e média renda, através de megaprojetos.

Este processo cria enclaves de produção de commodities em diversos países afetando o meio ambiente, expropriando comunidades de camponeses. O avanço de políticas neoliberais ampliou a participação do capital financeiro representado por fundos de pensões, fundos soberanos e fundos privados, que investem em corporações para produção de commodities flexíveis (energia e comida), através da aquisição de vastas extensões de terra, controlando porções dos territórios dos países latino-americanos. Além dos Estados Unidos e da Europa, a financeirização da agricultura trouxe investimentos de outros países para a América Latina, com especial destaque para o Brasil, como a China, Índia, Arábia Saudita etc. (Rincón & Fernandes, 2018; Girardi, 2017). Há também corporações “*translatinas*” de capital brasileiro e argentino que tem adquirido terras no Paraguai, Brasil, Argentina e Bolívia.

A extração de recursos naturais para produção de commodities através do controle territorial e a expropriação de populações camponesas são estratégias do modelo hegemônico do agronegócio na América Latina é predominantemente agroextrativista, o que significa dizer que tem como base a extração de recursos naturais em um país e a industrialização em outro país, por exemplo, o café produzido no Brasil e na Colômbia é industrializado na Alemanha, que vende cápsulas de café para vários países do mundo. O agroextrativismo é produtor e produto do neocolonialismo baseado na economia da dependência e na desigualdade (Petras & Veltmeyer, 2015).

O Paraguai é um dos exemplos de estrangeirização da terra com grande parte de seu território agrícola está sob controle de investidores brasileiros e argentinos. As empresas translatinas também estão presentes no Chile, controlando superfícies superiores a 1000.000 hectares na produção de monocultivo de árvores e de vinho. Na Colômbia estão presentes corporações dos Estados Unidos, Japão, Israel, Chile e Espanha na produção de monocultivos de árvores, café, soja, cacau e milho. Estudos recentes da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) analisaram os tipos de investimentos e suas origens, identificando diversos países e o conjunto de commodities, mas não captaram os conflitos entre as corporações e os movimentos camponeses (Gomez, 2011; Borras, Franco, Kay & Spoor, 2011).

O fato é que o processo de estrangeirização impactou o campo de diversos países com forte expropriação de comunidades camponesas. É necessário destacar que estamos nos referindo ao agroextrativismo que não necessita de

camponeses para o trabalho agrícola ou pecuário, pois atua com alta tecnologia praticando uma agricultura intensiva, utilizando sistemas técnicos informacionais, com o objetivo de se apropriar da renda fundiária. Este é o mais novo desafio dos movimentos camponeses e suas comunidades, que têm baixo poder de negociação, e necessitam enfrentar grandes corporações globais com muito poder para impor seus interesses. Também é preciso destacar que todos os partidos políticos e governos da América Latina, sem exceção, apoiam o modelo do agroextrativismo, porque representa uma porção considerável do produto interno bruto que, todavia, mantém esses países subalternos.

E neste contexto, os movimentos camponeses resistem, são perseguidos, cessam, desaparecem, recomeçam. Há movimentos organizados em várias escalas: local, regional e nacional, alguns reúnem dezenas de pessoas, outros reúnem dezenas de milhares. Organizam seus territórios de forma coletiva, como por exemplo, a maior parte dos ejidos mexicanos, ou individual, como cor exemplo, a maior parte dos assentamentos brasileiros de reforma agrária, mantém áreas comuns e preservam áreas de acordo com suas culturas. Alguns mantêm uma forma de organização simples sem estrutura formal, outros se transformam em sindicatos, associações, cooperativas, coordenações, comitês, frentes, federações ou confederações. Alguns são temáticos como os movimentos de jovens, mulheres camponesas, agroecologia etc. Também formam coalisões e articulações em rede para ampliar seus poderes de negociação. Os camponeses habitam todos territórios, desde as florestas da Amazônia internacional com porções dos territórios do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, na savana do planalto brasileiro, no pampa argentino, na cordilheira dos Andes chileno, argentino, boliviano, peruano, colombiano e venezuelano, nos pântanos do Brasil e Paraguai, na planície de Yucatán e na selva de Lacandonano México e Guatemala, nas regiões semiáridas do Brasil e Argentina e nos litorais de todo o continente.

As corporações do agronegócio e corporações mineradoras também estão em todo o continente e com apoio dos governos e partidos políticos implantam megaprojetos para exploração de commodities agrícolas e minerais. Para otimizar o escoamento das commodities, criam projetos de logística para integração de regiões de produção que inclui ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, terminais, armazéns etc. Evidente que estes megaprojetos impactam ainda mais as comunidades camponesas. Os camponeses representam quase metade da humanidade e tem seus territórios constantemente ameaçados. Em 2012, movimentos camponeses de todo o

mundo apelaram para a Organização das Nações Unidas para a elaboração de uma declaração dos direitos dos camponeses. O Conselho de Direitos Humanos da ONU criou uma comissão intergovernamental para propor o manifesto. Presidida pelo governo da Bolívia, a comissão realizou múltiplas consultas aos governos dos países signatários e em 2018 apresentou uma proposta, que foi votada e a maior parte dos países membros do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas aprovaram a resolução que concluiu a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e de populações rurais em geral. A resolução aprovada teve 3 votos contra (Reino Unido, Austrália e Hungria), 11 abstenções e 33 votos a favor. O Brasil foi o único país da América Latina que se absteve.

A Via Campesina, uma articulação mundial de movimentos camponeses, criada em 1992 (Desmarais, 2007) foi uma das principais protagonistas desse processo. Os movimentos camponeses da América Latina, vinculados a Via Campesina, avaliaram a Declaração¹ e afirmaram que este documento contribui na resistência contra as expropriações, principal causa da perda de seus territórios, contra a estigmatização, prisões e assassinatos dos ativistas que lutam contra os megaprojetos que afetam seus territórios. O documento também é uma referência para tratar da desvalorização dos preços da produção agropecuária camponesa e defender o comércio justo. Reconhece os direitos às sementes e será uma importante ferramenta dos governos para diminuir os conflitos agrários.

RESISTÊNCIAS E ALTERNATIVAS DOS MOVIMENTOS CAMPONESES

Da Terra do Fogo (Argentina) até Juarez (México) encontramos milhares de movimentos camponeses de vários tamanhos e formas de organização. A maior parte desses movimentos atuam em escala local e pode estar articulado com organizações que atuam em escala nacional ou continental. Um exemplo é a Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC), fundada em 1994, que representa os 63 movimentos camponeses vinculados a Via Campesina na América Latina (ver tabela 1).

¹ <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RuralAreas/Pages/5thSession.aspx>

Tabela 1. Movimentos camponeses da América Latina

Nome	País
Asociación de Pequeños Productores del Noreste de Córdoba (APENOC)	Argentina
ConsejoAsesor Indígena (CAI)	Argentina
Coordinadora de Organizaciones campesinas, indígenas y de Trabajadores Rurales (COCITRA)	Argentina
Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE)	Argentina
Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI)	Argentina
Confederación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia “Bartolina Sisa” (FNMCB)	Bolivia
Confederación sindical de comunidades interculturales de Bolivia (CSCIB)	Bolivia
Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB)	Bolivia
Movimiento de Trabajadores SinTierra (MST)	Bolivia
Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ)	Brasil
Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)	Brasil
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	Brasil
Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)	Brasil
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Brasil
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	Brasil
Pastoral da Juventude Rural (PJR)	Brasil
Asamblea Nacional Mapuches de Izquierda	Chile
Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI)	Chile
ConfederaciónRanquil	Chile
Consejo Nacional de Productores de Chile (CONAPROCH)	Chile
Coordinador Nacional Agrario (CNA)	Colômbia
Federación Nacional Sindical UnitariaAgropecuaria (FENSUAGRO-CUT)	Colômbia
Federación Nacional de Cooperativas Agropecuarias (FENACOA)	Colômbia
Mesa Nacional Campesina de Costa Rica (MNC-CR)	Costa Rica
Unión Nacional de ProductoresAgropecuariosCostarricense (UNAG)	Costa Rica
Unión de Pequeños Agricultores y Ganaderos (UPA Nacional)	Costa Rica
Asociación Nacional de TrabajadoresAgropecuarios (ANTA)	El Salvador
Asociación de Veteranos de laGuerrillaSalvadoreña (AVEGSAL)	El Salvador
Asociación y agropecuaria y Pesquera de laCuenciadel Lago Ilogango (APRIL)	El Salvador
Federación de Cooperativas de la Reforma Agraria Región Central (FECORACEN de R.L.)	El Salvador
Federación Nacional de Asociaciones de Cooperativas de Producción Agropecuarias (FENACOPAZ)	El Salvador
Fundación de Promotora de Cooperativas (FUNPROCOP)	El Salvador
Movimiento Vida y Equipad Campesina (MVEC)	El Salvador
Unión Nacional de TrabajadoresAgropecuarios (UNATA)	El Salvador
Confederación Única de Afiliados al Seguro Social Campesino de Ecuador (CONFUNASSCE)	Equador
Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras (FENOCIN)	Equador

Confederación de Pueblos, Organizaciones indígenas Campesinas del Ecuador (FEI)	Equador
Federación Nacional de Trabajadores Agroindustriales, Campesinos e Indígenas Libres del Ecuador (FENACLE)	Equador
Coordinadora Nacional Campesina Eloy Alfaro (CNC)	Equador
Comité de unidad campesina (CUC)	Guatemala
Coordinadora Nacional Indígena y Campesina (CONIC)	Guatemala
Asociación para el Desarrollo Rural de Honduras (ADROH)	Honduras
Central Nacional de Trabajadores del Campo (CNTC)	Honduras
Consejo para el Desarrollo Integral de la Mujer Campesina (CODIMCA)	Honduras
Unión Campesina e Indígena de Honduras (UCIH)	Honduras
Unión Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autónomas (UNORCA)	México
Asociación de Trabajadores del Campo (ATC)	Nicaragua
Mesa Agropecuaria y Forestal (MAF)	Nicaragua
Organización Campesina CIOCESANA 15 de Mayo (EMBALSES)	Panamá
Unión Indígena y Campesina (UIC)	Panamá
Unión Campesina Panameña (UCP)	Panamá
Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI)	Paraguay
Mesa Coordinadora de Organizaciones Campesinas (MCNOC)	Paraguay
Movimiento Agrario y Popular (MAP)	Paraguay
Movimiento Campesino Paraguayo (MCP)	Paraguay
Organización Nacional de Aborígenes e Indígenas de Paraguay (ONAI)	Paraguay
Organización de Lucha por la Tierra (OLT)	Paraguay
Confederación Nacional Agraria (CNA)	Peru
Confederación Campesina del Perú (CCP)	Peru
Federación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas, Nativas y Asalariadas de Perú (FENMUCARINAP)	Peru
Red de Mujeres Rurales de Uruguay (RMRU)	Uruguay
Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora (CANEZ)	Venezuela
Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora (FNCEZ)	Venezuela

Fonte: <https://viacampesina.org/es/quienes-somos/regiones/americadel-sur/>
<https://viacampesina.org/es/quienes-somos/regiones/americacentral/>
<https://viacampesina.org/es/quienes-somos/regiones/americadelnorte/>

Esse conjunto de movimentos camponeses da América Latina é uma representação do campesinato na sua luta constante pela existência que reúne lutas diversas, desde a terra, produção de alimentos saudáveis, mercados populares até educação, saúde e moradia. Diferente das várias outras instituições, os movimentos camponeses são os mais ameaçados por uma das maiores forças do capitalismo: o agronegócio. A Via Campesina tem

construído diversas experiências internacionais entre os seus membros e criado novas perspectivas através da soberania alimentar e da agroecologia.

A reconceitualização da reforma agrária e a transição agroecológica

A luta pela terra é, ao mesmo tempo, uma das mais antigas e uma das mais atuais formas de resistência, por causa do constante processo de expropriação dos camponeses. Desde o começo da colonização até as recentes políticas neoliberais, o extrativismo agrícola e mineral tem sido a principal causa dessa expropriação. Há séculos, camponeses e outros povos são expropriados pelas diversas fases do desenvolvimento da produção de commodities através da exploração dos territórios dos países da América Latina. Este é um problema que persiste porque é uma questão estrutural do capitalismo que se desenvolve expropriando o campesinato (Chonchol, 1994; Burbac & Flynn, 1980; Bartra, 2011).

A concentração fundiária herdada da colonização beneficiou o desenvolvimento capitalista na agricultura que a mantém. A estrutura fundiária da América Latina é a mais concentrada do mundo (Gomez, 2011, p. 9). O Índice de Gini, um indicador entre 0 e 1, em que 1 representa a concentração máxima, aplicado à distribuição de terras na região alcança 0,79, superando a Europa (0,57), a África (0,56) e a Ásia (0,55)². De acordo com os poucos dados disponíveis, os países com estrutura fundiária mais concentrada são: Chile, Venezuela, Brasil, Colômbia e Equador (Tabela 2).

²<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/en/c/878998/>

Tabela 2. Índice de Gini de países da América Latina

País	Ano	Índice
Brazil	1996	85
Chile	1997	91
Colombia	2001	80
Equador	2000	80
Nicaragua	2001	72
Panama	2001	52
Uruguay	2000	79
Venezuela	1997	88

Fonte:

http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/publications_studies/statistical_yearbook/FAO_statistical_yearbook_2007-2008/f05.xls

Accessed September 02, 2018

Por causa da histórica concentração fundiária e do caráter expropriatório do capitalismo, a reforma agrária é uma política pública que se mantém atual para redistribuir terra. Esteve na pauta política dos países durante todo o século XX e continua no século XXI, por exemplo, desde a revolução mexicana em 1910 até o projeto da reforma agrária brasileira nas décadas de 1990 e 2000, nesse período houveram várias outras experiências em países latino-americanos.

No início do século XXI, a reforma agrária começou a ser reconceitualizada. Deixou de ser uma política distributivista que visava atender os interesses capitalistas para ser uma política de desenvolvimento territorial para atender os interesses do campesinato. Essa mudança aconteceu porque os governos latino-americanos abandonaram as políticas de reforma agrária por causa dos fracassos para atingir os objetivos do modelo capitalista de desenvolvimento da agricultura e por causa da nova postura dos movimentos camponeses em assumirem a proposição de uma política de reforma agrária popular, como por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2014).

Com a reforma agrária distributivista, o governo desapropriava uma grande propriedade e dividia em pequenas propriedades, distribuindo entre as famílias camponesas, com o objetivo de criar condições para que os

camponeses se capitalizassem e se tornassem novos produtores capitalistas(Chonchol, 1994; Fernandes, 2000).Com o objetivo de ser uma política para o desenvolvimento do capitalismo, este tipo de reforma agrária desconcentra e concentra novamente a estrutura fundiária.

A desconcentração acontece quando o governo desapropria a grande propriedade e divide em pequenas unidades familiares. A concentração acontece quando poucas famílias se capitalizam e compram a maior parte das outras unidades, aumentando o tamanho e diminuindo o número de propriedades. Ou quando as corporações compram várias unidades familiares para criar uma grande propriedade destinadas para produzir commodities.Esses processos podem durar décadas.

O modelo capitalista de reforma agrária foi implantado em todos os países latino-americanos e resultou na formação de poucos agricultores capitalistas, uma pequena parte de camponeses que conseguiram uma renda média e uma grande parte de camponeses que foram empobrecidos por causa da renda capitalizada da terra (Bartra, 2011; Fernandes, 2014).A ineficiência da reforma agrária distributivista para criar produtores capitalistas fez com que a maior parte dos governos da América Latina abandonassem essa política. No final do século XX e início do século XXI, até mesmo o Banco Mundial defendeu a reforma agrária, não como uma política desapropriatória, mas como uma política de compra e venda de terras, que denominou de reforma agrária de mercado. Na América Latina, Brasil e Colômbia foram laboratórios dessa experiência fracassada (Pereira & Fajardo, 2015).

Para os interesses neoliberais, a reforma agrária não é uma política viável. Por essa razão, os governos neoliberais a abandonaram. A agricultura camponesa também foi abandonada e sobrevive por meio de políticas públicas compensatórias, que tem por objetivo atender parcialmente as reivindicações dos movimentos camponeses. Desse ponto de vista, a agricultura camponesa é secundarizada nos países da América Latina, que priorizam os investimentos no agronegócio.

Convencidos pela história e pela própria experiência, os movimentos camponeses persistem na criação de uma nova política de reforma agrária voltada para o desenvolvimento dos seus territórios e não como um degrau para o capitalismo. Entre as estratégias para resistir em suas terras, as famílias camponesas evitam produzir commodities. O maior desafio dos movimentos camponeses tem sido a criação de um modelo de desenvolvimento para se

contrapor ao agronegócio. Isso significa defender um modelo sustentável de desenvolvimento da agricultura.

Uma primeira iniciativa foi o Movimento Camponês a Camponês, que incentivou a troca de experiências desde o saber camponês sobre a agricultura (Holt-Giménez, 2006). Essa atitude emancipatória retirava a postura subalterna dos camponeses que dependiam de pacotes tecnológicos das corporações multinacionais. Essa iniciativa também reverteu a tendência de que os conhecimentos sobre cuidados com solos e com as diversas culturas deveriam ser ensinados por técnicos extensionistas. Os camponeses assumiam o protagonismo e promoviam uma intensa troca de saberes que rapidamente se tornou muito popular, criando uma das primeiras experiências de movimentos alimentares.

Essa pedagogia camponesa começou a pensar um modelo de desenvolvimento territorial e uma economia política camponesa, visando uma agricultura sustentável, o que significa o não uso de pesticidas ou outros produtos que os tornavam dependentes do modelo do agronegócio. Desse modo fortaleceram a produção orgânica e a produção agroecológica. É necessário enfatizar que esta iniciativa surgiu como uma resistência imediata ao modelo da “revolução verde”, implantado nos anos 1950/60 em todo mundo, com o uso intensivo de agrotóxicos, eliminando a diversidade para favorecer a produção de monocultivos em grande escala.

Entre as pessoas que lutaram contra esse modelo, podemos citar Carson, 1962 que publicou um dos primeiros livros narrando os problemas de saúde humana e saúde ambiental nos Estados Unidos. No Brasil, Ana Maria Primavesi também foi pioneira no manejo ecológico dos solos em regiões tropicais (Knabben, 2016). Na década de 1970, em vários países da América Latina, como Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia México, Nicarágua, Panamá, Uruguai e Venezuela, havia muitas experiências de produção orgânica e agroecológica. A “revolução verde” ativada pelo agronegócio separou a comida da cultura e vinculou ao negócio. As experiências agroecológicas reconectaram a cultura, a comida, a natureza e a comunidade. Além de lutar pela terra, os camponeses lutam contra os impérios alimentares na construção de um modelo próprio de desenvolvimento a partir de políticas públicas emancipatórias garantam a produção de alimentos saudáveis. O agronegócio havia globalizado seu modelo hegemônico e a Via Campesina havia globalizado a luta e a esperança (Ploeg, 2008; Via Campesina, 2016).

O movimento camponês torna-se cada vez mais em um movimento alimentar, que tem como preocupação o cuidado com a natureza, garantia de alimentos de qualidade que promovam a saúde da terra e das pessoas. A ideia principal é transformar os sistemas alimentares em sistemas sustentáveis, sem a crescente utilização de insumos sintéticos, mas sim através da biodiversidade. A participação das mulheres camponesas tem sido fundamental na produção orgânica e agroecológica, que também inclui os jovens. Por meio deste movimento, em 1996, a Via Campesina apresentou o conceito de soberania alimentar na Cúpula Mundial sobre a Alimentação realizada em Roma pela FAO que significa: “um direito fundamental de todos os povos, nações e Estados para controlar seus alimentos e seus sistemas alimentares e a decidir suas políticas assegurando a cada um, alimentos de qualidade, adequados, acessíveis, nutritivos e culturalmente apropriados. Isto inclui o direito dos povos a definir suas formas de produção, uso e intercâmbio tanto ao nível local como internacional” (Zanotto, 2017, p.69).

Este conceito recupera a autoridade soberana dos governos na gestão estratégica da produção de alimentos, que foi capturado pelas grandes corporações. Defende a produção em pequena escala, agroecológica, e o comércio local, contra a produção de commodities em grande escala, com produtos que viajam milhares de quilômetros, visando prioritariamente o mercado internacional. Os princípios da soberania alimentar defendem que os camponeses evitem a produção de commodities destinada principalmente para a indústria de alimentos e promovam a transição agroecológica, utilizando insumos orgânicos para substituir os insumos químicos, que são componentes de pacotes tecnológicos de grandes corporações multinacionais e que tornam os agricultores dependentes de seus produtos e mercados. A construção do conhecimento sobre insumos orgânicos é participativa, organizada por movimentos camponeses e instituições públicas em diversas comunidades e seus resultados são considerados patrimônios das comunidades camponesas. Este processo também acontece com a produção de sementes, com as técnicas de produção agrícola, pecuária e florestal.

Ao contrário do agronegócio onde tudo é transformado em mercadoria, a agroecologia é um compartilhamento comunitários de culturas e diversidade. Há décadas, os movimentos camponeses da América Latina, através do método camponês a camponês tem promovido a troca de saberes agroecológicos, construindo um novo conhecimento científico. Enfoques agroecológicos reúnem os conhecimentos de diversos tipos de campesinato: agricultores, coletores, pescadores, pastores, pescadores, fornecendo novas

compreensões para melhorar os sistemas agroecológicos nos variados biomas do continente. A agroecologia tornou-se uma ciência extensa que compreende desde os estudos dos solos, da diversidade vegetal e animal, mas também das culturas e dos povos, superando a visão mercadológica. O registro contínuo e a publicação dessas experiências multiplicam os processos de transição na produção de comida e energia.

O projeto “Alimergia” (comida e energia) é parte de um novo paradigma dos sistemas camponeses de produção. Inspirado pela ideia de soberania alimentar, este projeto também defende a soberania energética através do trabalho comunitário associando a produção de alimentos e a produção de energia. Por meio do mapeamento dos recursos naturais dos territórios camponeses, trata de preservar a vegetação nativa e utilizar parte da floresta para produção consorciada de vegetais e criação de animais soltos. Os resíduos da produção vegetal e animal são utilizados para a produção de energia. Há culturas que também podem ser utilizados na produção de energia, como o Dendê e a Cana-de-açúcar. Este tipo de projeto exige um alto nível de organização da comunidade e dos movimentos camponeses porque relaciona vários sistemas produtivos como a agricultura, pecuária e indústria. Este é o grande desafio dos movimentos camponeses: constituir um plano de desenvolvimento para a produção de comida e energia, mercado, indústria familiar para produção de alimentos minimamente processados (Görge, 2017). O conhecimento científico também é fundamental na construção deste novo paradigma. Na América Latina há várias experiências em curso, por exemplo sobre sementes no Brasil, mercados na Colômbia, biodiversidade no México, convivência com o semiárido no Brasil e Argentina etc.

Projetos de transição agroecológica recebem pouco ou nenhum financiamento dos governos latino-americanos que apoiam o uso de agrotóxicos por meio de subsídios e financiamento de pacotes tecnológicos das corporações multinacionais. Todavia diversas universidades têm investido em pesquisa para estudar as experiências da transição agroecológica para uma alimentação saudável e os problemas de saúde humana e ambiental causados pelo agrotóxico e produção de alimentos ultraprocessados. O uso de veneno na produção de alimentos e seu ultraprocessamento correspondem a uma importante parte dos produtos alimentícios consumidos pelo mercado global. Esta é a força e a fraqueza do agronegócio.

A transição agroecológica e o aumento da produção de commodities para a industrialização de ultraprocessados são representações desiguais da emergente

agricultura sustentável e da intensa mercantilização das commodities, que separam cada vez mais a distância entre o agronegócio e a agricultura camponesa. Também nas cidades da América Latina, a produção agroecológica, por meio da crescente agricultura urbana, tem se tornado uma boa opção para os consumidores que não querem comer comida ultraprocessada e com agrotóxico.

A transição agroecológica necessita de políticas públicas, em escala nacional, com estruturas que fortaleçam a produção agrícola e pecuária, a produção de alimentos in natura e minimamente processados e mercados alternativos ao mercado capitalista. Os mercados populares, como as feiras livres, são experiências antigas em todo o continente e recentemente novos mercados foram criados pela sociedade civil e por governos. As experiências das várias iniciativas de consumidores que apoiam agricultores estão acontecendo em quase todo o mundo. No final do século XX e começo do século XXI, políticas públicas de financiamento da agricultura camponesa, da educação camponesa, a indústria familiar, cooperativas e a criação de cotas para os mercados institucionais, por meio de leis, aconteceram pela primeira vez na América Latina. O Brasil foi a principal referência dessas políticas que inspiraram governos da Argentina, Costa Rica, Bolívia, Colômbia etc.

O grande desafio para o futuro dos movimentos camponeses é a associação das políticas públicas com os saberes tradicionais do campesinato para a renovação tecnológica necessária ao desenvolvimento da agroecologia. Outro desafio futuro é a relação com o Estado, que precisa estar mais atento para as propostas da soberania alimentar na produção de uma agricultura sustentável. O modelo hegemônico do agronegócio já está no seu limite, o que abre novas perspectivas para a agricultura camponesa. O século XIX, foi marcado pelas lutas de independência e libertação, o século XX assistiu o agronegócio monopolizar a agricultura através da artificialização da comida, no século XXI, as pessoas deverão repensar qual alimento querem comer. Esta atitude poderá mudar completamente o atual sistema alimentar.

CONCLUSÃO

Embora sejam quase metade da população mundial, poucas pessoas conhecem as realidades dos movimentos camponeses de seus próprios países. Há uma forte discriminação contra essa população que é gerada por um profundo desconhecimento. Por essa razão é fundamental que a população

urbana conheça mais da população rural e vice-versa. A presença do campesinato pode estar na fruta que consumimos todos os dias, nos legumes e verduras que estão na salada que comemos e em diversos outros alimentos. Mas dificilmente estará no hambúrguer e outros alimentos processados que a maior parte das pessoas consomem nas lojas de comida rápida. Em um lanche de uma loja de sanduíches, a presença do campesinato pode estar no pepino e no tomate, mas esta presença sempre será uma presença da exploração, da subordinação. Também pode estar na banana que todos consomem em diversos países do mundo e que vem de vários países da América Latina, em que o camponês recebe o equivalente a uma banana para cada caixa de banana vendida.

Nos últimos séculos, o capitalismo separou o campo da cidade, a comida da cultura, o alimento da natureza. Nos últimos cinquenta anos, o campesinato tem tentado recuperar o atraso que o capitalismo promoveu com a artificialização da comida. O campesinato reinventou a comida com o conceito de soberania alimentar e com a agroecologia. Luta para retomar o percurso da agricultura sustentável. O campesinato tem sido visto como uma forma de organização social do passado, mas é um dos principais grupos sociais que está construindo o futuro. Porque o futuro não está na produção de alimentos produzidos com veneno, mas sim na produção de comida saudável.

REFERÊNCIAS

- Altieri, M. (2017). *Historia de la agroecología en América Latina y España*. Lima: Sociedad Latinoamericana de Agroecología.
- Bartra, A. (2011). *Os novos camponeses*. Cultura Acadêmica: São Paulo.
- Borras, S. M., Franco, J. C., Kay, C. Spoor, M. (2011) *El acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe visto desde una perspectiva internacional más amplia*. Roma: FAO. Disponible em: <https://www.tni.org/es/publicacion/el-acaparamiento-de-tierras-en-america-latina-y-el-caribe>
- Burbach, R. y Flynn, P. (1980). *Agribusiness in the Americas*. New York: Monthly Review Press, 1980.
- Carson, R. (1962) *Silent Spring*. Boston: Houghton Mifflin.
- Clastes, H. (1975). *La Terre Sans Mal*. Paris: Éditions du Seuil.
- Chonchol, J. (1994). *Sistemas Agrarios en América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. Fondo de Cultura Económica: Santiago.

- Davis, J. H. y Goldberg, R. A. (1957). *A concept of agribusiness*. Boston: Harvard University Press.
- Desmarais, A. A. (2007). *La Via Campesina: Globalization and the Power of Peasants*. Winnipeg: FernwoodPublishing.
- Fernandes, B. M. (2000). *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Fernandes, B. M. (2014). Cuando la agricultura familiar es campesina. In Hidalgo, F. Houtart, F. Lizárraga, P. *Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos*. Quito: Editorial IAEN.
- Girardi, E. et al. (2017). *Relatório DATALUTA Brasil 2016*. Presidente Prudente: NERA.
- Gomez, S. (2011) Reflexiones sobre la dinámica reciente del Mercado de la tierra en América latina y el Caribe. Roma: FAO.
- Görgen, F. S. (2017) *Trincheiras da resistência camponesa*. Instituto Cultural Padre Josimo: Candiota.
- Hobsbawn, Eric J. (1959). *Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries*. WW Norton.
- Holt-Giménez, E. (2006). *Campesino a campesino: voces from Latin América's Farmer to Farmer Movement for sustainable agriculture*. Oakland: Foodfirst Books.
- Knabben, V. M. (2016) *Ana Maria Primavesi, histórias de vida e agroecologia*. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- McMichael, Philip. (2016). *Regimes Alimentares e Questões Agrárias*. São Paulo: Porto Alegre: Editora da UNESP/Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MST (2014) *Programa Agrário do MST*. São Paulo: MST.
- Pereira, J. M. M. e Fajardo, D. (2015) A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial naColômbia e no Brasil (1994-2002). *Revista Brasileira de História* 35 (70), <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70001>. Disponible en: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882015000200157&lng=pt&tlng=pt
- Petrus, J. y Veltmeyer, H. (2015) *Extractive Imperialism in the Américas: capitalism's new frontier*. Chicago, Haymarket Books.
- Ploeg, J. D. (2008) *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Rincón L. F. y Fernandes, B. M. (2018) Territorial dispossession: dynamics of capitalist expansion in rural territories in South America, *Third World Quarterly* 39 (11), DOI: 10.1080/01436597.2018.1458297

Shanin, T. (1966). The Peasantry as a Political Factor, *Sociological Review* 14: 5-27.

Théry, E., Mello, N. A., Hato, J. e Girardi, E. P. (2012). *Atlas do Trabalho Escravo no Brasil*. São Paulo: Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. Disponible en: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/721498/filename/Atlas-do-Trabalho-Escravo.pdf>

Via Campesina. (2016) *Annual Report*. Harare: International Secretariat.

Wolf, E. R. (1955). 'Types of Latin American Peasantry: A Preliminary Discussion', *American Anthropologist* 57 (3). DOI: <https://doi.org/10.1525/aa.1955.57.3.02a00050>. Disponible en: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1525/aa.1955.57.3.02a00050>

Wolf, E.R. (1969). *Peasant Wars of the Twentieth Century*. London: Faber & Faber

Fernandes, Bernardo Mançano (2019), Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares e movimentos alimentares, *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, 4 (7). Recuperado de <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaalasru/article/view/563>